

BARES, CABARÉS E JOGATINAS: HETEROTOPIAS URBANAS NO SERTÃO DO SERIDÓ POTIGUAR (1950/1960)

Marcos Antônio Alves de Araújo (IFRN)

Introdução

Nos últimos decênios, ao correr da pena dos escritores, a cidade vem se tornando objeto de estudo de diversos operários do saber e de distintos ramos do conhecimento científico, que despertados por suas curiosidades, mistérios, complexidades, medos, paradoxos e desejos, tecem, por meio de suas “agulhas teóricas”, reflexões, diálogos e discussões, a fim de desvendar, ou mesmo decifrar, um fragmento do emaranhado de questões, sinais e enigmas que perpassam o seu âmbito.

Diante deste aspecto, muito já se tem escrito sobre as urbes brasileiras e mundiais. Entre as inúmeras cidades que receberam certa atenção dos estudiosos, destacam-se São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Campina Grande, Porto Alegre, Berlim, Nova York, Paris, Londres, Viena, Natal, dentre outras. Não obstante, as pesquisas científicas que têm como objeto principal a cidade, têm passado, no transcorrer do tempo, por constantes mutações, denunciando a diversidade de olhares, mais precisamente aqueles que são lançados para a urbe em busca da modernização, do progresso e da evolução. Os estudos acerca da cidade começaram a ganhar relevância e proeminência no universo da produção acadêmica, mormente, de antropólogos, historiadores, geógrafos, urbanistas e sociólogos, a partir do momento em que a sociedade passou a ocupar preponderantemente os espaços, do que hoje se conhece por espaços urbanos.

Partindo destas considerações iniciais lançadas sobre as discussões em torno da cidade, objetiva-se neste trabalho tecer algumas reflexões acerca dos espaços e das práticas heterotópicas, respectivamente, produzidos e urdidos na cidade de Caicó, enxertada nas terras semi-áridas do sertão do Seridó potiguar, no decorrer das décadas de 50 e 60 do século XX, período em que a urbe caicoense passava por uma intensificação do seu processo de modernização urbana ocorrido através do auge do desenvolvimento da cotonicultura. Assim, o presente estudo, fruto de problematizações postas em suspensão em momentos diversos de

construções dialógicas, ao lançar um olhar sobre essa cidade, tenta atinar as múltiplas representações sobre suas heterotopias urbanas.

A cidade e as suas heterotopias urbanas

A cidade de Caicó, em seu ritmo cotidiano e ao longo de sua história, ora seduziu, iludiu, encantou e fascinou alguns dos seus habitantes, ora decepcionou, desenganou, desaponta e desagradou outros. Desde os tempos de outrora, principalmente dos princípios de seu nascimento até os dias atuais, a cidade passou por vicissitudes, mudanças e metamorfoses, se tornando, em consonância com a sociedade local, em uma espécie de plêiade humana mimética, que a cada crepúsculo e alvorecer, modificou sua face, sua forma, sua epiderme, sua essência, sua cor, seu tecido e sua camada morfológica. Assim, essa cidade se constituiu como uma matriz de relações de poder¹, implicada por práticas temporais e espaciais e perpassada por microfísicas de ações, mobilidades, forças sociais e flexibilidades humanas, no qual, através de uma diversidade de atividades desenvolvidas em seus meandros, ergueu-se uma rede ubíqua de sociabilidades, vivenciadas pelos *homens ordinários*² no âmbito dos territórios edificados ao longo de seus espaços subjetivados ou objetivados.

Nesses espaços, os habitantes da cidade, como verdadeiros atores, protagonizavam as histórias de sua condição humana, da vida cotidiana e das praxes culturais. A cidade era um cenário no qual as tramas eram tecidas continuamente. Tudo era encenado ao desenrolar da dinâmica da vida urbana. Em cada parte da cidade era montado um cenário diferente, com

¹ Por relações de poder, disseminadas no decorrer desse texto, Roberto Machado (2005, p.XII), na introdução da obra *Microfísica do Poder*, afirma que para o filósofo Michel Foucault estas relações não foram e nem são, eminentemente, criadas pelo Estado, nem brotaram fora dele. Os poderes se exercem em “níveis variados e em pontos diferentes da rede social e neste complexo os micro-poderes existem integrados ou não ao Estado” (MACHADO, 2005, p.XII). O poder para Foucault é obliquo, capilar, um conjunto de dispositivos de domesticação que atravessa os sujeitos onde eles estejam, compreendido como relações de força, enfrentamentos e jogos de verdade. Diante disso, o poder “produz realidade, produz campos de objetos e rituais de verdade” (FOUCAULT, 1996, p. 172), atravessando, constituindo, fabricando e construindo os sujeitos e os conhecimentos que deles se podem ter, bem como, os diversos territórios construídos ao longo dos espaços da cidade.

² Para Michel de Certeau (2003), os *homens ordinários* compreendem aqueles que estão, em um determinado momento, submetidos a certa ordem, a tal disciplina, a “dada” regra social. Não obstante, os *homens ordinários* não são apenas passivos a essa ordem imposta, mas, pelo contrário, estes criam, recriam, inventam e reinventam uma multiplicidade de mecanismos, de dispositivos e de artes de burlar essa ordem, deixando de ser, a partir do momento em que põem em prática suas táticas desviacionistas, ordinários para ser extraordinários. Ainda de acordo com Certeau (2003, p. 57), o homem ordinário é um “Herói comum. Personagem disseminado. Caminhante inumerável. (...) Este herói anônimo vem de muito longe. É o murmúrio das sociedades. De todo o tempo, anterior aos textos. Nem os espera. Zomba deles. Mas, nas representações escritas vai progredindo. Pouco a pouco ocupa o centro de nossas cenas científicas”.

espetáculos tecidos de maneira distinta. Dentre esses espetáculos, as práticas ordinárias tecidas por indivíduos, tipificados pela moral urbana, como contraventores da ordem vigente, se constituíam como aquelas consideradas as que mais poderiam ameaçar a conduta da família caicoense e, portanto as que mais eram alvos das investidas dos mecanismos de disciplinarização social.

Essas práticas eram urdidas por indivíduos que ao cair da noite, percorriam as ruas da cidade de Caicó, inebriando seus corpos, à procura de satisfação de seus desejos, humanos, demasiadamente, humanos. As ruas dessa cidade, durante as décadas de 50 e 60 do século XX, se dimensionavam em lugares reveladores, praticados pela experiência espacial do cidadão e pensados a partir de sua rotina, dos confrontos, “[...] conflitos e dissonâncias. [Era] no panorama das ruas [que] [...] [lia-se] a vida cotidiana – seu ritmo, suas contradições, sentimentos de estranhamento como formas de alienação [...], modo como a solidão desponta[va], a arte da sobrevivência” (CARLOS, 2001, p. 36).

Era ainda em determinadas ruas da cidade, com suas paisagens temidas, insalubres e plurifuncionais, que havia os espaços que se constituíam em lugares da transição, do encontro, do desencontro e do reencontro, no qual eram atinados, em termos gerais, pela sociedade caicoense da época, como territórios onde eram tecidas práticas desviantes, marginais, amorais e insanas, portanto um anexo e um apêndice de uma cidade caótica, que aglutinava também, os espaços das casas de jogo, dos bares, das zonas, dos becos, das travessas, dos meretrícios, enfim, os espaços perigosos e os territórios tabus da noite, que infestavam a cidade e que junto “com as jogatinas e os bordéis, configuravam a zona perigosa aos bons costumes, onde evitavam passar as pessoas de respeito, principalmente as do sexo feminino” (PESAVENTO, 1994 *apud* PESAVENTO, 1997, p. 27).

A cidade durante a noite era mais ameaçadora, mais temida pelos sujeitos de bons costumes “pois acobertava com mais facilidade vícios e crimes, [...] [povoada] de tipos [suspeitos] que não eram facilmente vistos à luz do dia [que] procuravam as sombras para atuar qual morcegos e aves noturnas [nos espaços malditos da urbe]” (PESAVENTO, 1997, p. 27). A cidade da noite era a cidade do escuro, concebida, desde os tempos imemoriais, como “fonte de mistério, medo, suspense e sedução. Metáfora do mal, das trevas e da obscuridade, o escuro opõe-se à clareza, às luzes, à razão” (VALE, 2000, p. 38). Metáfora de uma emoção básica “frente a certas circunstâncias que exponham o indivíduo ao risco, ao perigo, ameaçando a continuidade de sua vida” (SOUSA FILHO, 2001, p. 11), a cidade durante a

noite era, concomitantemente, sinônimo de medo e de curiosidade pelo estranho, pelo desconhecido, pelo ignoto.

Os espaços escuros da cidade noturna, que se situavam “na contramão da vida, que desafia[vam] todas as regras da sociedade organizada e que se apresenta[vam] como a desordem e o caos, [embora possuíssem] [...] sua lógica, seus ‘ethos próprio’, suas leis e códigos” (PESAVENTO, 1997, p. 32), eram percebidos como produtores de sujeitos infames, com seus comportamentos indecentes que podiam ser capazes de corromper a mais perfeita índole familiar patriarcal, de filhos livres da dominação dos pais, de mães irresponsáveis que deixavam seus filhos a mercê dos riscos na rua, de prostitutas, alcoólatras e rapazolas, inconsequentes em suas ações, enfim, de espécies de *territorialidades marginais*, sujeitas a interdições morais, que transgrediam as normas culturais e os valores sociais da época, tidos como legítimos. Essa cidade caótica e invisível, com seus espaços desviacionistas, precisava entrar na ordem do discurso, tendo que ser disciplinada e controlada por um modelo panóptico de vigilância, já que ela representava um cenário dissipador de práticas mórbidas que perturbavam a “saúde” moral da urbe ordenada e visível (da igreja, da casa, do dia, do iluminado).

Vale salientar que o espaço de ambas as cidades (o visível e o invisível), embora com suas distinções e particularidades, chegava muitas vezes a se confundir, pois não era porque a prudência, a resistência, a persistência ou a defesa dos oprimidos recomendassem “[...] a camuflagem, a clandestinidade, o silêncio, os movimentos furtivos, que eles não se vejam compelidos a cruzar e agitar-se no espaço bem-composto dos que [...] [queriam ou precisavam] ser vistos” (LAPA, 1996, p. 124). Como exemplo dos espaços invisíveis e transgressores da ordem social e inscritos na epiderme urbana, pode-se mencionar, a partir dos rastros de memória de Lindomar Vale Lucena, o caso da Rua 13 de Maio³, situada nas proximidades da Catedral de Sant’Ana da cidade de Caicó. Segundo esse cronista (1982, p. 34-35), por volta da metade do século passado e aos embalos das noites caicoenses,

[...] logo após o desligar da luz (21 horas), a Rua 13 de Maio se torna mais procurada, mais movimentada. [...] Lá a música aparece, as saudades e recordações frutificam. Os olhares se encontram. As conquistas recomeçam.

³ Ao longo da história da cidade, a Rua 13 de maio também recebeu a denominação de “Rua da Cadeia Velha”, por abrigar o prédio da antiga casa de câmara e cadeia, ainda hoje presente na cidade, no qual inúmeros presos cumpriram penas criminais. Além disso, atualmente a rua é conhecida como Rua do Museu, sede do Museu do Seridó, ou ainda Rua Amaro Cavalcanti.

Bebe-se e dança-se. Vende-se o amor. Ali sabe-se que não é proibido sofrer, nem ter ilusões. Aproveitam-se todos os momentos. As vendedoras de ilusões fazem o salão. Perfumes inebriam o ambiente. É festa! É noite de amigos que se reencontram. Vive-se ‘hoje’ o noturno intensamente com medo do ‘amanhã’ Matutino. Caicó é ainda cidade pequena! Teme-se o comentário por ter freqüentado um bordel [...] Um cateretê. Era assim a 13 de Maio: hospitaleira, vendedora de ilusões, engalanada à noite, ponto de conversa pela manhã, na tamarineira; à tarde, voltada para o crepúsculo das mariposas.

Nesta rua, o profano ameaçava o sagrado, se constituindo como um espaço preferencial de alguns sujeitos da cidade, que durante as noites caicoenses procuravam essa cartografia urbana, a fim de tramar suas relações de sociabilidades, suas práticas ordinárias, enfim, suas múltiplas ações desviacionistas. Desse modo, a cidade era dividida entre o “permitido, o público, o dizível, e uma outra face oculta, privada escondida intra-muros, marginal. Desta só se pode falar sigilosamente” (DANTAS, 1996, p. 70). A Rua 13 de Maio, mencionada em linhas precedentes, se configurava como um autêntico espaço do proibido, do promíscuo, do corruptor, do indesejável, do moralmente patológico para os valores saudáveis das famílias caicoenses.

Nos fragmentos de memória de Maria das Dores, colhidos por Eugênia Dantas (1996), quando ela era aluna do Ginásio Santa Terezinha (GST), na época um internato feminino, às vezes a religiosa (prefeita do educandário) tinha o hábito de fazer algumas visitas a sua irmã, que residia do outro lado da cidade, ulterior à ponte sobre o rio Seridó. Nestas ocasionais visitas, “nós internas, costumávamos acompanhá-la neste passeio dominical. Saíamos do colégio, em fila, com a recomendação de não olharmos para os lados, quando estivéssemos passando naquela rua [a rua do prostíbulo, a Rua 13 de Maio]” (DANTAS, 1996, p. 70).

Mesmo durante o dia, mesmo sem as práticas noturnas e mesmo sem os personagens licenciosos da noite, a Rua 13 de Maio era temida pelos sujeitos da moral urbana, vista como um espaço doentio, clandestino, despudorado e pecaminoso. Neste sentido, habitar e praticar a cidade, com seus múltiplos espaços, era “estar sempre caminhando sobre uma linha muito tênue que separa o que é permitido do proibido, esse ilusório antagonismo que se recicla e se alimenta na mestiçagem das práticas cotidianas, sejam elas reais ou imaginárias” (DANTAS, 1996, p. 71). Isto se torna evidente em sua própria “constituição espacial que se encarrega de fazer as separações e construir os caminhos que reúnem o que está aparentemente separado,

abarcando ‘todos os aspectos da alma humana – portanto suas áreas suspeitas e cafés noturnos’” (DANTAS, 1996, p. 71).

Era dos territórios da Rua 13 de Maio, mais precisamente do meretrício existente nestes espaços apropriados, delimitados e demarcados por relações de poder, e de muitos outros espargidos pela malha urbana caicoense, que emergiam respirações transgressivas, corpos e subjetividades que burlavam as normas de segurança e as regras de civilidade, abalando a ordem estabelecida por uma sociedade eivada de elementos patriarcalistas, no qual os sujeitos libertavam seus anseios e desejos reprimidos pelo exercício rotineiro de uma moral castradora e punitiva, e de um ideal de comportamento impossível de se realizar em outros espaços alvos dos dispositivos disciplinares. Sujeitos que se apropriavam de territórios do desejo, do prazer, dos olhares que se entrecruzavam, dos corpos que se abraçavam, embalados pelos ritmos e acordes frenéticos, enfim, das múltiplas condutas e relações de poder que eram tecidas nestes espaços, identificados como autênticos espaços do indesejável, do pernicioso, do desagradável, ou como diria Michel Foucault, do heterotópico.

Para esse autor, os espaços heterotópicos, enxertados nas várias cartografias e descortinados nas diversas paisagens humanas, se caracterizam em recortes característicos, de teor diferenciado, do mundo moderno, efetivamente vivenciados e socialmente produzidos, dos locais e das relações tecidas entre eles. Acerca da heterotopia, Michel Foucault estabelece alguns princípios para caracterizá-la, numa espécie de descrição sistemática que teria por objetivo, em uma determinada sociedade, o “estudo, a análise, a descrição, a ‘leitura’, como se gosta de dizer hoje em dia, desses espaços diferentes, desses outros lugares, uma espécie de contestação simultaneamente mítica e real do espaço em que vivemos [...]” (FOUCAULT, 2001, p. 416). Segundo Foucault, esta descrição poderia ser chamada e/ou denominada de heterotopologia.

Dentre os princípios elaborados por Foucault (2001, p. 416-421) para descrever as heterotopias, destacam-se as seguintes:

Primeiro princípio é que provavelmente não há uma única cultura no mundo que não se constitua de heterotopias. É uma constante de qualquer grupo humano. Mas as heterotopias assumem, evidentemente, formas que são muito variadas, e talvez não se encontrasse uma única forma de heterotopia que fosse absolutamente universal. [...] O segundo princípio dessa descrição das heterotopias é que no curso de sua história, uma sociedade pode fazer funcionar de uma maneira muito diferente uma heterotopia que existe e que

não deixou de existir; de fato, cada heterotopia tem um funcionamento preciso e determinado no interior da sociedade, e a mesma heterotopia pode, segundo a sincronia da cultura na qual ela se encontra, ter um funcionamento ou um outro. [...] O terceiro princípio [é que] a heterotopia tem o poder de justapor em um só lugar real vários espaços, vários posicionamentos que são em si próprios incompatíveis. [...] O quarto princípio [é que] as heterotopias estão ligadas, mais freqüentemente, a recortes do tempo, ou seja, elas dão para o que se poderia chamar, por pura simetria, de heterocronias; a heterotopia se põe a funcionar plenamente quando os homens se encontram em uma espécie de ruptura absoluta com o seu tempo tradicional [...]. O quinto princípio [se constitui no fato de que] as heterotopias supõem sempre um sistema de abertura e fechamento que, simultaneamente, as isola e as torna penetráveis. Em geral, não se chega a um posicionamento heterotópico como a um moinho. Ou se é obrigado, como é o caso da caserna, o caso da prisão, ou é preciso se submeter a ritos e purificações. Só se pode entrar com uma certa permissão e depois que se cumpriu um certo número de gestos. [...] Enfim, o último traço das heterotopias é que elas têm, em relação ao espaço restante, uma função. Esta se desenvolve entre dois pólos extremos. Ou elas têm o papel de criar um espaço de ilusão que denuncia como mais ilusório ainda qualquer espaço real, todos os posicionamentos no interior dos quais a vida humana é compartimentalizada. Talvez este seja o papel que desempenharam durante muito tempo esses famosos bordéis dos quais agora estamos privados. Ou, pelo contrário, criando outro espaço, um outro espaço real, tão perfeito, tão meticuloso, tão bem-arrumado quanto o nosso é desorganizado, mal-disposto e confuso.

Embora com todas essas características peculiares referentes as heterotopias, tais como, variedades, universalidades, efemeridades, mutabilidades, justaposições, temporalidades, aberturas, fechamentos, entre outras, estas podem ser classificadas em dois grandes tipos: o primeiro tipo seria referente àquelas heterotopias, presentes primordialmente nas sociedades primitivas, denominadas por Foucault (2001, p. 416) de heterotopias de crise, ou seja, lugares privilegiados, ou sagrados, “[...] ou proibidos, reservados aos indivíduos que se encontram, em relação à sociedade e ao meio humano no interior do qual eles vivem, em estado de crise”. No entanto, essas heterotopias de crise, materializadas em lugares referentes a aqueles colégios, em seu modelo do século XIX, ou a aqueles do serviço militar para certos rapazes, estão desaparecendo e sendo substituídas, por “[...] heterotopias que se poderia chamar de desvio: aquela na qual se localizam os indivíduos cujo comportamento desvia em relação à média ou à norma exigida” (FOUCAULT, 2001, p. 416).

Além da Rua 13 de Maio, conhecida por aglutinar em suas entranhas esses tipos de comportamentos mencionados por Foucault, os espaços dos bares, jogatinas e os da Rua Cel. Francisco Pinto, localizados na zona norte da cidade, logo em sua entrada, também se

constituíam como territórios, que enxertados por sociabilidades transgressoras, estavam imbuídos por essas heterotopias de desvio, no qual abalavam as estruturas morais e incomodavam a ordem social vigente na época. Isto pode ser percebido num abaixo assinado, publicado no semanário do Jornal *A Fôlha*, por alguns moradores desses espaços, no qual os mesmos, dizendo-se não suportarem mais as correrias noturnas e as imoralidades proferidas por mulheres infelizes que habitavam a Rua 13 de Maio e a Cel. Francisco Pinto, fizeram o seguinte apelo ao Juiz de Direito da Comarca de Caicó:

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Caicó, na forma da Lei etc ... Nós, abaixo assinados, brasileiros, moradores nesta cidade há muito tempo, sendo vítimas de palavras imorais proferidas por meretrizes que residem na Rua 13 de maio e na Rua Coronel Francisco Pinto e que fazem correrias, quando a patrulha se retira, perturbando o sossego público, vimos pedir a V. Excia., a bem do nosso direito e a bem da moralidade da família caicoense, a retirada dessas mulheres⁴.

Era necessário, para os guardiões da ordem e da moral da época, que fosse encontrado outro local, distante dos olhos da família patriarcal, para essas mulheres, assim como, para seus espaços de labuta. A reportagem, publicada, em forma de reclamação, no periódico supracitado, ainda fazia apelos às autoridades competentes, aos homens de bem de Caicó, que amavam sua família e honravam seu lar, que cooperassem com esta causa, “arranjando um local distante do ambiente familiar, para retirar esses cabarés malditos que envergonham nossa cidade” (CABRAL, 1957).

De acordo com essa reclamação, somente na entrada da Ponte Soldado Francisco Dias (sobre o rio Seridó), existia cinco cabarés construídos num terreno do Patrimônio Público Municipal. Os frequentadores assíduos destes espaços heterotópicos, tipificados na reportagem como tarados e assediadores, contrariavam essas reclamações, dizendo que os cabarés não deviam se acabar, porque desde sempre aquelas ruas, eram ruas dos cabarés.

Por outro lado, o Sr. Alfredo Alves Cabral, responsável pelo abaixo assinado e autor da matéria de reclamação, intitulada de “A imprensa é livre”, afirmava, opondo-se acerca da opinião dos sujeitos frequentadores dos cabarés, o seguinte sobre esses espaços de desvio:

[...] eu alcancei morando ali famílias que se formaram sem a promiscuidade e o desrespeito de hoje. E por que não se acabam? É uma vergonha! Se as famílias viajam do centro da cidade, pela ponte, encontram ‘tarados’

⁴ CABRAL. Alfredo Alves. A imprensa é livre. Jornal *A Fôlha*. Caicó. 24 de agosto de 1957. Ano IV. Número 182.

agarrados com mulheres. Se chegam a Caicó, deparam se com as mesmas cenas deprimentes. Ao lado direito e ao lado esquerdo da ponte, cabarés construídos no Patrimônio que não precisa de foro tão imundo. Últimamente um cidadão, explorador do meretrício, sem considerar nossas famílias, arranhou uma casa de herdeiros, sem ser inventariada, para construir um ‘gango’, onde já fez e alugou dez quartos a meretrizes, sem instalações sanitárias, atirando-se à rua as imundícies. Onde estão os Srs. fiscais? Espero que os homens de bem de Caicó cooperem conosco, conseguindo retirar êsses focos imundos da entrada da cidade, de um ambiente próximo à Catedral e onde moram muitas famílias que se prezam. Lembrem se de que Caicó é a 3ª cidade do Rio Grande do Norte e tem o nome de ‘Capital do Seridó’. A mulher tem o direito de casar e construir seu lar; e não viver da prostituição mais desavergonhada, espalhando a sífilis e a tuberculose (CABRAL, 1957).

Nesse sentido, as práticas urdidas nos territórios tabus da Rua 13 de Maio e da Rua Cel. Francisco Pinto, mesmo com as tentativas de interdições por parte de alguns indivíduos defensores dos bons costumes e da boa moral, resistiram, até quando puderam e até quando não foram “engolidos” pelo processo de urbanização, ao poder do forte, continuando a ser tecidas, embora não por muito tempo, nas malhas urbanas e a compor o cenário paisagístico da cidade, se dimensionando em espaços apropriados por sujeitos transgressores, que ao fazer uso de suas táticas e astúcias, golpeavam e abalavam, em gestos hábeis, sub-reptícios e criativos, a ordem e a “rede de vigilância panóptica” estabelecida pela sociedade caicoense, tecendo suas rotinas, suas operações, suas experiências, suas dimensões performáticas, suas práticas cotidianas, enfim, suas artes de (sobre)viver cotidianamente a condição humana nestes lugares da heterotopia urbana.

Considerações finais

No decorrer de anos, quando a sociedade caicoense rogava por decência, moralidade e civilidade, e quando os espaços da rua eram alvos de modelos de vigilância, que investia na normalidade das práticas sociais, o meretrício da Rua 13 de Maio, bem como os enxertados em outras partes da paisagem urbana, gerava indignação nos sujeitos dos bons costumes, tendo em vista que o mesmo era constituído por hábitos transgressores, patológicos, amorais, enfim, heterotópicos.

Diante desta consideração, pode-se inferir, a partir de um olhar mais aguçado, que a própria cidade, como uma construção social imbuída de práticas desviantes e divergentes, embora com seus espaços apropriados e subjetivados por relações de cunho

moralista, se dimensionava, peremptoriamente, numa “verdadeira” heterotopia, haja vista que sua característica principal compreendia o fato de ser plural, heterogênea, diferente e paradoxal.

De modo geral, a cidade, seja ela de pequeno, médio ou grande porte e contendo cada uma características que as tornam particulares ou distintas, por ser um fenômeno humano contraditório e desigual, bifurcada em caminhos e descaminhos, acautela em suas entranhas uma miríade de lugares heterotópicos coadunando com mais recrudescência espaços do desvio, que podem ser identificados como sendo aqueles atinentes aos bares, bordéis, zonas, cemitérios, casas de repouso, clínicas e hospitais psiquiátricos, prisões, prostíbulos, dentre outros, ou seja, espaços burilados por práticas singulares, particulares, genuínas de um dado lugar social específico.

Nesses espaços, assim como em outros, os roteiros das novelas urbanas eram elaborados e as cenas desenvolvidas, ininterruptamente, no teatro citadino. Capítulos desses roteiros e cenas eram registrados, de modo fragmentado, pelas câmeras dos aparelhos panópticos que captavam todos os lances. Nos cenários, sejam eles privados ou públicos, os atores sociais caicoenses teciam e tramavam os *scripts* de uma peça real.

Transitando, percorrendo e caminhando pelos labirintos da urbe de outrora, adentrando em seus espaços, (re)visitando seus lugares, descortinando suas paisagens e rompendo as fronteiras mais inexoráveis de seus territórios, esses atores se encontravam, se desencontravam e se sociabilizavam nas e pelas ruas, avenidas, logradouros, alamedas, calçadas, praças e travessas das cartografias da cidade. Destas artérias, emanavam-se imagens, cheiros, sons e olhares, que amalgamados formavam um mosaico urbano. Esse mosaico, composto de peças cotidianas, era formado também por corpos, rostos e falas oriundos dos mais distintos sujeitos, que se entrecruzavam, se imbricavam e se dissolviam por entre as veias dos espaços urbanos, incursionando em suas ambiências heterotópicas.

REFERÊNCIAS

CABRAL, Alfredo Alves. A imprensa é livre. *Jornal A Fôlha*. Caicó. 24 de agosto de 1957. Ano IV. Número 182.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

DANTAS, Eugênia Maria. *Retalhos da cidade: revisitando Caicó*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 1996, 110 p.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. Outros espaços. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos - Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, p. 411-422.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900*. São Paulo: EDUSP, 1996.

LUCENA, Lindomar Vale. 13 de Maio. In: LUCENA, Lindomar Vale (Coord.). *Rastos Caicoenses*. Caicó: Coleção Mossoroense, 1982, Volume CCXXIII, p. 34-35.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização, Introdução e Revisão técnica de Roberto Machado. 21ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, p. VII-XXIII.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A cidade maldita. In: SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997, p. 25-38.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. *Cartografias e Imagens da Cidade: Campina Grande – 1920-1945*. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001, 357p.

SOUSA FILHO, Alípio de. *Medos, mitos e castigos: notas sobre a pena de morte*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

VALE, Alexandre Fleming Câmara. *No escurinho do cinema: cenas de um público implícito*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.